



# Olhar dos/as professores/as sobre a diversidade de género na infância: um caso de estudo.

Rita Torres<sup>1</sup>, Liliana Rodrigues<sup>2</sup> e Gabriela Moita<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Programa Doutoral em Sexualidade Humana e Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto  
<sup>2</sup> Centro de Psicologia da Universidade do Porto e Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto  
<sup>3</sup> Centro Lusíada de Investigação em Serviço Social e Intervenção Social

ritaztorres@gmail.com.

Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, Rua Alfredo Allen, 4200-135 Porto



## INTRODUÇÃO

A diversidade de género em contexto escolar é um tema com crescente visibilidade. A investigação tem revelado de forma consistente que jovens LGBT+ são alvo de experiências de discriminação e vitimização em ambiente escolar (MacBride, 2021; Gato et al, 2020; The Free Project, 2022), resultantes da cisheteronormatividade que caracteriza o funcionamento das instituições escolares (Miller et al., 2018).

Recentemente, maior ênfase tem sido dada às especificidades das experiências educativas de jovens trans\*. A investigação emergente aponta que as instituições de ensino são ambientes hostis para jovens trans\*, com frequente exposição a episódios de discriminação e violência transfóbica (McBride, 2021). O suporte e a implementação de práticas afirmativas por parte de docentes têm revelado ter um impacto muito positivo na experiência escolar de jovens trans\* (Kearns et al., 2009). Por outro lado, quando tal não acontece, existe maior probabilidade de abandono escolar, e uma quebra de confiança na relação com pessoas adultas em contexto escolar (Jones et al., 2016).

Em Portugal, em julho de 2009, foi aprovada a Lei nº60/2009 que estabeleceu as diretrizes de educação sexual em meio escolar, e que contempla a orientação sexual e identidade de género. Em 2018, a Lei nº38/2018, Despacho nº7247 veio estabelecer o direito à autodeterminação da identidade de género e expressão de género e à proteção das características sexuais de cada pessoa. Esta lei contempla que o sistema educativo deverá estar preparado para receber estas crianças e adolescentes, sendo que os/as profissionais deverão receber a devida formação.

A investigação sobre adoção de práticas afirmativas em meio escolar ainda é escassa, carecendo, por exemplo, de testemunhos de docentes.

## OBJETIVO

Compreender como interpretam os/as educadores/as escolares as identidades, expressões e performances de género(s) destes/as jovens, e qual a influência das atitudes, crenças e práticas destes/as nas experiências destas/es crianças e adolescentes.

## MÉTODOS

- Foi realizada uma entrevista semiestruturada a uma docente do primeiro ciclo de escolaridade, de 60 anos, que se identifica como mulher cisgénero heterossexual, encontrando-se casada. Reside e trabalha numa zona rural. O recrutamento foi intencional, havendo anteriormente um contacto privilegiado com a profissional. O guião de entrevista foi pensado de modo a ir ao encontro do objetivo a que se propõe esta investigação, com flexibilidade para recolher informação relevante para além das questões propostas.
- A análise de dados foi feita sob uma lente construcionista e feminista, seguindo o método de análise temática de Virginia Braun e Victoria Clarke (2006, 2013).

## CONCLUSÕES E LIMITAÇÕES

No que diz respeito à implementação de práticas afirmativas de educação, os dados recolhidos vão ao encontro do que tem sido apontado na literatura. A falta de formação, quer porque não existe, quer porque não há sensibilização nem motivação para a procurar, parece constituir uma dificuldade relevante (Carlile, 2019). Por outro lado, à semelhança do que vem sendo relatado, também no contexto escolar apresentado as políticas escolares não preveem planos de prevenção e combate à transfobia (Gato et al. 2020). Espera-se, muitas vezes, que estas medidas sejam tomadas como resposta a uma situação particular, em que é necessário atuar (Davy & Cordoba, 2019), tal como também é preconizado pela docente. A expectativa de que a integração de práticas afirmativas de educação será complexa ou difícil, com antecipação de discriminação e preconceito por parte da comunidade escolar e da família compõem também um obstáculo (DePalma & Atkinson, 2006). O desconhecimento da legislação vigente representa outra dificuldade, uma vez que um enquadramento legal que respeite a autodeterminação de identidades e expressões de género é promotor de maior segurança por parte dos/as docentes para debater este tema na sua escola, sem receio de consequências negativas (DePalma & Atkinson, 2006). A interseção de diversas categorias de pertença é determinante para compreender a discriminação de jovens trans na comunidade escolar (MacBride, 2021). Durante a entrevista, a docente reflete sobre como a pertença a diversas categorias sociais, tanto por parte dos/as alunos/as, como dos/as docentes, pode ajudar a compreender a discriminação em contexto escolar. Um contexto escolar inclusivo e seguro, que respeite a diversidade de identidades e expressões de género, é fundamental para o bem-estar de jovens trans. No futuro, será necessário continuar a investigar neste âmbito, de modo a aprofundar o conhecimento sobre o desenvolvimento e aplicação de práticas educativas inclusivas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Braun, V., & Clarke, V. (2013). *Successful qualitative research: A practical guide for beginners*. Los Angeles/London/New Delhi/Singapore/Washington, DC: SAGE Publications.
- Lei nº. 60/2009 (2009). Assembleia da República. *Diário da República: I série, N.º 151*. Disponível em : <http://dre.pt/application/conteudo/494016>.
- Lei nº38/2018, Despacho nº7247, de 7 de agosto, *Direito à autodeterminação da identidade de género e expressão de género e à proteção das características sexuais de cada pessoa*. Disponível em <https://dre.pt/pesquisa/-/search/115933863/details/maximized>.
- Carlile, A. (2019). Teacher experiences of LGBTQ+ inclusive education in primary schools serving faith communities in England, UK. *Pedagogy Cult. Soc.* 1–20. doi: 10.1080/14681366.2019.1681496.
- Davy, Z., and Cordoba, S. (2019). School cultures and trans and genderdiverse children: parents’ perspectives. *J. GLBT Fam. Stud.* 16, 1–19. doi: 10.1080/1550428X.2019.1647810.
- DePalma, R., & Atkinson, E. (2006). The sound of silence, talking about sexual orientation and schooling. *Sex Education*, 6, 333-349, [10.1080/14681810600981848](https://doi.org/10.1080/14681810600981848).
- Gato, J., Leal, D., Moleiro, C., Fernandes, T., Nunes, D., Marinho, I., Pizmony-Levy, O., & Freeman, C. (2020). “The Worst Part Was Coming Back Home and Feeling Like Crying”: Experiences of Lesbian, Gay, Bisexual and Trans Students in Portuguese Schools. *Frontiers of Psychology*, 10, 10.3389/fpsyg.2019.02936.
- Jones, T., Smith, E., Ward, R., Dixon, J., Hillier, L., and Mitchell, A. (2016). School experiences of transgender and gender diverse students in Australia. *Sex Educ.* 16, 156–171. doi: 10.1080/14681811.2015.1080678
- Kearns, L. Mitton, J., & Tompkins, J. (2017). Transphobia and cisgender privilege: pre-service teachers recognizing and challenging gender rigidity. *Canadian Journal of Education*, 40, 1-27.
- MacBride, R.S. (2021). A literature review of the secondary school experiences of trans youth. *Journal of LGBT Youth*, 18(2), 102-134, <https://doi.org/10.1080/19361653.2020.1727815>
- Miller, S.J., Mayo, C., & Lugg, C.A.(2018). Sex and gender in transition in US schools: ways forward. *Sex Education*, 18, 345-359.
- Research Foundation – Flanders: The FREE (Fostering the Right to Education in Europe) Project. Acedido a 23 de maio de 2022 em [The research | The FREE project](#).

## RESULTADOS

Abaixo encontram-se os temas e subtemas que foram encontrados após a análise da entrevista, assim como extratos exemplificativos de códigos que os compõem:

### Práticas Afirmativas

#### • Dificuldades em Obter Formação

- “As pessoas não percebem, nem estão dentro dos assuntos. Tinha que haver, mesmo, formação.”
- “Não sei se tem havido. Mas que eu tenha conhecimento, não. Pode ser que haja noutros Agrupamentos, mas aqui, propriamente, que eu tenha dado por isso, não.”
- “Quem estiver interessado pode sempre informar-se. Há muita coisa para ler. Especialistas que escrevem sobre isto, artigos que... ,pronto, também depende, do interesse de cada um.”
- “(…)a obrigação (de ter formação), se calhar, vai surgir mais, quando aparecer uma situação difícil para resolver.”

#### • Dificuldades em Implementar Planos de Prevenção e Intervenção em Situações de Transfobia

- “(…)ainda não surgiram, talvez, situações em que as pessoas tenham sido confrontadas com essa situação (...)”

#### • Antecipação da Discriminação e Preconceito

- “Estou a imaginar uma situação dessas ...estou a imaginar um início difícil, em que nós professores e assistentes operacionais, temos que andar sempre alerta, para que a criança não seja “machucada.”
- “Estou desconfiada que há pessoas que não têm a mente aberta para fazer essa, fazer essa... esse diálogo com os alunos, essa conversa, digamos que essa aula.”
- “O problema vai ser quando a família não aceitar a própria situação.”

### (Des)Conhecimento da Legislação

- Todos deviam ter formação. Aliás isso está contemplado na legislação “Educação Sexual nas Escolas”.
- “Não, por acaso não conheço.”(refere-se à Lei nº38/2018, Despacho nº7247)

### Interseccionalidade

- É uma zona mais rural, em que a mente é uma mente, assim, mais fechada.”
- “Já tenho falado com colegas minhas, digamos que têm a mente mais aberta , e, sim, a gente compreende, mas já se sabe que há um ou outro que não é assim... tanto podem ser professores mais velhos, como mais novos.”
- “É assim, quando veio do Jardim de Infância, as pessoas acham normal (expressões de género não conformes às normas sociais de género). Depois foi crescendo já não acham isso natural. Depois vêm os comentários.”